

O CENTENÁRIO DA IMIGRAÇÃO JAPONESA PARA O BRASIL E AS PERSPECTIVAS PARA O FUTURO¹

MASATO NINOMIYA²

1. Os antecedentes da emigração japonesa, iniciada no século XIX

Quando o Japão abriu seus portos para o Ocidente em meados do século XIX, e posteriormente conduziu sua abertura política, viu-se diante das potências européias que estavam interessadas em aumentar suas colônias na Ásia. Os Estados Unidos haviam sido os responsáveis diretos pela abertura de portos do Japão, para beneficiar seus navios baleeiros que necessitavam se abastecer de água, alimentos e lenha (Lindenberg Sette 1991:60-63). Como consequência da vitória sobre a Espanha, os Estados Unidos estendeu as suas influências sobre Cuba e Filipinas e, mais tarde, anexaram o Reino de Havaí como parte do seu território.

Os ingleses haviam tomado a ilha de Hong Kong do império chinês, por força da Guerra do Ópio, bem como os territórios da Malásia e Cingapura; os franceses estavam de posse da Cochinchina (áreas onde se encontram atualmente Vietnã, Laos e Camboja); os holandeses, do arquipélago de Java (atual Indonésia); os alemães estavam instalados em diversas ilhas do Pacífico e da Micronésia.

O Japão começou tardiamente a corrida imperialista, mas conseguiu alguns sucessos, como a vitória sobre o Império da China em 1895, que resultou na cessão da Ilha de Formosa, outro nome de Taiwan, e sobre a Rússia em 1905. Esta última fez com que a influência japonesa se ampliasse sobre a Coreia e, em 1910, acabou por anexá-la ao seu território. Tendo sido vencedor ao lado dos aliados na Primeira Guerra Mundial, obteve a administração, sob o regime de Mandato da Liga das Nações, de algumas ilhas do Pacífico e da Micronésia, que estavam sob a administração da Alemanha. Assim, o Japão se colocou entre as maiores potências do mundo a partir de 1918.

Entretanto, o fortalecimento bélico do país não trouxe imediatamente a riqueza desejada. Os países tiveram que enfrentar uma grande reestruturação financeira e industrial, causada pela recessão que assolou o mundo a partir de 1929, e o Japão não pôde permanecer às suas margens.

As consequências da recessão foram particularmente graves para os pequenos agricultores, que tiveram de enfrentar, ainda, os efeitos negativos da quebra de safra agrícola,

¹ Este é o texto revisto e ampliado da palestra originalmente proferida no dia 5 de dezembro de 2006, no Campus de Seto, da Universidade Nanzan, na cidade de Nagóia, província de Aichi, Japão. O autor agradece à professora Sachie Asaka, em nome de quem cumprimenta a Universidade Nanzan pela gentileza do convite.

² Professor Doutor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, Brasil, e Professor Visitante da Faculdade de Direito da Universidade de Tóquio, Japão.

ocorrida no início da década de 1930. As pequenas e médias empresas também enfrentaram problemas sérios em virtude da recessão. A necessidade de conquistar um mercado maior, onde pudessem importar livremente os insumos e vender seus produtos, acabou levando o Japão a se interessar pela então República da China, mais especificamente na área situada a nordeste do país, onde constituiu, em 1932, um Estado títere denominado Manchukuo. Condenado na Liga das Nações por seus atos, dela se retirou, aumentando o conflito com outros países que tinham os mesmos interesses na Ásia, como os Estados Unidos, Reino Unido e Holanda, que resolveram punir o Japão por meio de bloqueios econômicos, caso não retirassem as tropas da China. Sem poder adquirir sucatas, petróleo e outros insumos indispensáveis para suas indústrias, a eclosão de um conflito bélico tornou-se inevitável, acabando por ser uma das importantes razões do início da Segunda Guerra Mundial.

Ainda que não houvesse guerras, a alta percentagem de despesas militares no orçamento nacional comprimiu a distribuição de riqueza entre a população. Uma das formas de solucionar a distribuição de alimentos e diminuir a pobreza foi a adoção da política de emigração, que ocorreu desde o início da era Meiji. Como já se disse, o objetivo era diminuir o número de pessoas a serem sustentadas com a exígua produção de alimentos no arquipélago, bem como contar com a remessa de divisas do exterior que contribuiria para melhorar o déficit das contas correntes, pois o Japão precisava importar boa parte dos insumos e equipamentos, mas dispunha de poucos produtos para exportação.

2. O início da emigração japonesa para o Brasil

O início da emigração foi motivado pela tentativa de resolver a questão do excesso da densidade demográfica, pois a produção de alimentos não era suficiente para alimentar toda a população do arquipélago. Assim sendo, a emigração começou logo no início da Restauração Meiji. A primeira leva se dirigiu para o Havaí (1868, embora os grupos maiores fossem a partir de 1885); depois para Califórnia (1888); seguida de México, Peru e Bolívia (1899); para, finalmente, chegarem ao Brasil em 1908 (Staniford 1970:40-42).

No que concerne à imigração japonesa para o Brasil, não podemos deixar de levar em consideração a assinatura do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre os Ministros Plenipotenciários Gabriel de Toledo Piza e Almeida, representando a República dos Estados Unidos do Brasil, e Arasuke Soné, representando o Império do Japão. A assinatura ocorreu em Paris, em 5 de novembro de 1895 (Ninomiya 1996:245-250).

Ainda que a emigração tivesse como sua causa principal as razões econômicas, havia nos primeiros emigrantes o orgulho de serem súditos do país do Sol Nascente, vitoriosos contra a China que, apesar de enfraquecida, continuava a ser uma grande potência da Ásia; e contra a Rússia, esta, sim, uma indiscutível potência, que só foi vencida graças à aliança com o Reino Unido que, por força de tratado, procurou ajudar o Japão, apesar da sua declaração de neutralidade.

As autoridades discursavam nas despedidas dos emigrantes, dizendo que eles deveriam se comportar à altura de representantes de um país civilizado e vitorioso nas guerras. Diziam até que cada um deles era verdadeiro embaixador civil que representaria o Japão no país para onde fosse emigrar. Assim, por exemplo, os emigrantes não deveriam mais vestir quimonos, e sim roupas ocidentais ao viajarem para o exterior. Os trajes ocidentais fariam com que os estrangeiros tivessem a impressão de estar lidando com pessoas civilizadas. A própria Casa Imperial resolveu modificar seus hábitos milenares, a começar pelo Imperador Meiji, que cortou o cabelo e passou a usar roupas ocidentais. A Imperatriz Meiji recomendou, em 1888, que doravante as mulheres japonesas deveriam usar vestidos ocidentais, tendo ela mesma mostrado o exemplo a partir de então. É evidente que houve um certo intervalo de

tempo até que as japonesas aderissem aos novos costumes, pois, nos registros iconográficos de emigrantes que se dirigiram aos Estados Unidos e Peru vemos ainda homens e mulheres vestindo quimonos, mas parece não ter havido quem se vestisse a caráter no Kasato Maru, o vapor que trouxe os primeiros imigrantes para o Brasil, no começo do século XX. Ao ver a fotografia de algumas passageiras daquele vapor, vestidas em trajes ocidentais, fica-se a imaginar o quanto aquelas roupas teriam custado. (Acervo do Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil, São Paulo).

O *Correio Paulistano*, datado de 25 de junho de 1908, no artigo escrito por J. Amândio Sobral, inspetor da Secretaria da Agricultura, órgão responsável pela imigração no Estado, relatou a chegada dos japoneses na Hospedaria dos Imigrantes, dizendo serem pessoas limpas e ordeiras, não deixando para trás quaisquer tipos de sujeira.

Se este comportamento, que era usual entre os japoneses, virou notícia na imprensa, é de se imaginar como eram os imigrantes de outras nacionalidades e etnias que haviam chegado até então. Segundo os registros da Hospedaria, no que concerne aos recém-chegados da Europa e do Oriente Médio, tinham que receber cuidados de asseio e higiene pessoal, a começar pelo banho e corte de cabelo, tratamento médico-odontológico, para só então serem despachados para as fazendas de café do interior paulista.

A notícia veiculada na imprensa parece retratar bem a mentalidade dos primeiros imigrantes japoneses, que tinham consciência de que não eram simples indivíduos, mas representantes de um novo Estado em ascensão no concerto das nações. Enquanto estiveram na Hospedaria dos Imigrantes, no período de 26 de junho a 6 de julho, os imigrantes japoneses receberam a visita de Manuel Joaquim de Albuquerque Lins, governador do Estado, e Candido Figueiredo, secretário de Estado dos Negócios de Agricultura, bem como de Carlos de Arruda Botelho, ex-secretário desta pasta (Centro de Estudos Nipo-Brasileiros 1996:27).

Para os fazendeiros de café que os contrataram, eles não passavam, contudo, de substitutos de mão-de-obra escrava, ainda que os japoneses tivessem seu orgulho próprio. É possível que na cabeça dos primeiros imigrantes, o Brasil não passasse de trabalho temporário, onde ficariam trabalhando por cerca de três a cinco anos para, então, retornar triunfalmente para o Japão, levando consigo o fruto do seu trabalho. Segundo as falácias da empresa de emigração que os recrutara, o trabalho de colhedor de café traria dinheiro fácil, e eles conseguiriam acumular fortunas em pouco tempo.

Sabe-se, contudo, que isto não aconteceu. Os imigrantes recém-chegados haviam sido ludibriados por falsas promessas de recrutadores. Ainda por cima, as safras de café daqueles anos não foram suficientes para que recebessem os pagamentos que esperavam, pois eram pagos por sacas de café colhidos dos cafeeiros. Muitas pessoas adoeceram e chegaram a morrer, acometidas por doenças causadas pela falta de adaptação ao clima, ou pelo excesso de trabalho, porque não podiam receber assistência médica, por não terem como arcar financeiramente com mais esta despesa. Muitos imigrantes da primeira leva demonstraram descontentamento, chegando inclusive a retirarem-se em grupos, como ocorreu com as 52 famílias que foram destinadas à Fazenda Dumont. Sabe-se que em setembro de 1909, tendo passado um ano de permanência no Brasil, dos cerca de 800 imigrantes que foram distribuídos em diversas fazendas da região da Mogiana, restaram apenas 191 pessoas (Centro de Estudos Nipo-Brasileiros 1996:27).

3. As dificuldades de assimilação dos recém-chegados ao país

Como vimos, o desenvolvimento e a assimilação dos nikkeis à sociedade brasileira não foram fáceis, em razão de diferenças culturais, de mentalidade, bem como de dificuldades na aprendizagem da língua portuguesa.

O interessante é que não parece ter havido, pelo menos no início, por parte dos japoneses, vontade de participar da construção de um país novo, contribuir para o seu engrandecimento e, ao final, enterrar aqui os seus restos. Os primeiros imigrantes, bem como os que se seguiram, eram os decasségus, na acepção literal do termo, que significa “ganhar dinheiro fora da sua terra”.

Uma vez no Brasil, os japoneses tendiam a formar grupos somente com os patrícios, principalmente por causa das dificuldades de comunicação. Formavam colônias e se relacionavam somente entre eles, com rara participação de brasileiros ou demais imigrantes provenientes da Europa.

O que dizer, então, de casamentos interétnicos? Precisamente no país onde houve a maior miscigenação entre os brancos, índios e negros, formando a etnia brasileira, e conhecido como um país sem ou quase nenhuma discriminação racial, pouquíssimos japoneses se arriscaram a casar com pessoas de outras etnias, pois corriam o risco de serem tratados com desdém pelos patrícios e desligados do convívio das respectivas famílias.

Aliás, vale a pena lembrar que havia discriminações entre os próprios patrícios. Basta citar o fato de que, antes da Segunda Guerra Mundial, os japoneses que eram provenientes da província de Okinawa não eram aceitos pelos demais, em virtude da diferença na língua que falavam, pois o *uchináguchi* não era um simples dialeto, e, sim, uma outra língua, com seus usos e costumes, alimentação, etc., bem diferentes do resto do arquipélago japonês. Sabe-se de diversos casos de jovens que foram “expulsos” do convívio de ambas as famílias por terem insistido no casamento com pessoas provenientes desta província. Havia, outrossim, alguns coreanos, à época súditos do Império, que sabidamente eram discriminados pelos que eram provenientes do arquipélago japonês.

Se havia discriminações entre os próprios japoneses, não é de se admirar que houvesse barreiras quase intransponíveis quando se falava em integrar-se na sociedade brasileira por meio de casamentos interétnicos (Schurig Vieira 1973:153-163). Casar com *gaijin* era um tabu, que se verificou até a década de 60 do século XX no seio da comunidade nipo-brasileira. Lembrar, nos dias de hoje, da existência de tanta discriminação no passado, é algo inimaginável. Numa pesquisa realizada em 1988, falou-se que o casamento interétnico atingia 40% dos nikkeis de 3ª geração e chegava a 60% entre os de 4ª geração. Passados quase 20 anos desde então, seria difícil encontrar alguma família na comunidade nipo-brasileira que não tenha algum de seus membros casados com pessoas que não sejam descendentes.

No passado, porém, a integração era muito difícil. Os imigrantes japoneses reunidos nas colônias realizavam festas de Ano-Novo, aniversário do Imperador e outros feriados da Pátria Mãe, juntamente com gincanas poliesportivas, apresentações musicais ou teatrais, seções cinematográficas, etc. Algumas delas se iniciavam entoando o Hino Nacional do Japão, leitura do Editó Imperial sobre Educação, com reverências para as fotografias do casal imperial ou em direção ao Leste, dando três vivas ao Imperador.

Esses gestos acabaram criando desconfiança entre os governantes brasileiros de que os japoneses formavam quistos na sociedade brasileira e davam razão às correntes contrárias à continuidade da imigração japonesa que, lideradas pelo médico Miguel Couto, diziam que os japoneses jamais se assimilariam ao Brasil. E, de fato, esta corrente de pensamento acabou por vingar na Constituinte de 1934, numa votação de 146 votos a favor contra 41, quando conseguiram aprovar a cláusula de redução de novos imigrantes por nacionalidade para 2% do total chegado nos últimos 50 anos, o que afetava somente os japoneses, pois eram os mais novatos no país (Carneiro Leão 1990:124-125).

Os anos dourados da vinda de imigrantes japoneses no período anterior à Segunda Guerra Mundial foram os de 1924 a 1934. Isto por que os Estados Unidos proibiram a imigração japonesa em 1924 e, em consequência, o governo japonês passou a financiar, a

fundo perdido, as passagens de imigrantes japoneses para o Brasil. Houve entrada de 10.000 a 15.000 imigrantes japoneses por ano naquele período, perfazendo um total de 124.457 de 1908 até 1934 (Centro de Estudos Nipo-Brasileiros 1996:77). De acordo com o preceito constitucional, a partir de 1936 a cota de imigrantes japoneses ficou reduzida para 2.489 pessoas por ano. A esta altura, o destino dos emigrantes japoneses foi desviado para a Ásia, em especial para Manchukuo. Sabe-se que o número total de japoneses que imigraram nos anos de 1936 a 1941 não chegou a preencher as cotas anuais. A imigração foi interrompida a partir de 1942, com o rompimento das relações diplomáticas entre os dois países.

Mesmo depois de terminadas as hostilidades da Segunda Guerra Mundial, na Assembléia Nacional Constituinte de 1946 houve uma nova tentativa de inserir a cláusula de proibição da imigração japonesa no país, que chegou a obter 99 votos a favor e 99 contra, resultando num empate no plenário. A proposta só não obteve aprovação graças ao voto de Minerva dado pelo seu presidente, o Deputado Mello Viana, da bancada de Minas Gerais, que justificou seu voto sem entrar no mérito da questão, dizendo que a matéria não era de ordem constitucional.

A desconfiança sobre os japoneses e seus descendentes quanto à formação de quistos na sociedade brasileira continuou até a década de 60, e somente começou a diminuir a partir da década de 70, quando ainda no regime militar assistimos à ascensão de nikkeis nos escalões superiores da República. Podemos dizer, hoje, no limiar do século XXI, que não existe qualquer discriminação contra os japoneses e seus descendentes no Brasil, dada a ascensão destes aos cargos eletivos e concursados nos mais altos escalões da República, dos Estados e dos Municípios. O mesmo ocorre com os profissionais liberais e também nas gerências e diretorias das empresas brasileiras e nipo-brasileiras.

4. Os imigrantes japoneses e o interesse pela educação

Podemos dizer que os japoneses se destacaram entre as demais etnias que aqui vieram não propriamente pelo acúmulo de riquezas ou de bens materiais. Não se tem notícia de sobrenomes japoneses entre as grandes fortunas do país, enquanto é fácil encontrá-los entre os representantes de outras etnias que aqui chegaram igualmente como pobres imigrantes.

Os japoneses que aqui vieram trouxeram consigo a tradição centenária da educação de seus filhos, que vinha desde o período feudal. Transformada em obrigação legal a partir de 1890, quando foi baixado o Editó Imperial sobre Educação, surgiram diversas normas criando o ensino primário compulsório para todas as crianças em idade escolar. Podemos dizer, assim, que, para os japoneses da época, educar os filhos não era simplesmente uma obrigação legal, mas uma ordem emanada diretamente do Imperador, cuja personalidade era dotada de caráter divino. Observe-se que a renúncia à sua personalidade divina ocorreu somente em 1º de janeiro de 1946, em decorrência da derrota do Japão na Segunda Guerra Mundial.

Os primeiros imigrantes viviam em choupanas cobertas de folhas de palmeiras, mas construíram escolas com madeiras serradas, como se pode ver numa foto da Escola Japonesa de Birigüi, no interior do Estado de São Paulo, no ano de 1919, apenas 11 anos após a chegada do Kasato Maru (Acervo do Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil). Ensinava-se, no início, em língua japonesa, usando livros didáticos japoneses, preparando as crianças para serem bons japoneses, para não sofrerem discriminações quando os pais voltassem triunfantes para o Japão, levando consigo o fruto do seu trabalho no Brasil. Temiam que a sociedade hostilizasse seus filhos pela ignorância da língua, usos e costumes do Japão, ainda que os pais tivessem enriquecido no Brasil, fato que, aliás, ocorreu muito pouco, comparado com os que emigraram para os Estados Unidos.

Constatada a existência de prédios escolares nas colônias, o governo do Estado

chegou a enviar professores para lecionar em alguns deles, que passaram a funcionar com currículo brasileiro. Passaram, então, a ser escolas brasileiras em um dos períodos e, no outro, continuaram como escolas japonesas. Houve, outrossim, pais que enviavam seus filhos para as escolas brasileiras paralelamente ao ensino da língua japonesa. Surgiram, destas e outras escolas, alunos que se destacaram e que, terminado o curso primário, passaram a freqüentar os ginásios localizados nas cidades próximas às colônias, o que demandava o sacrifício de caminhadas diárias de quilômetros de distância. Os mais velhos acabavam por permanecer com os pais na lavoura, mas os mais novos que se destacavam na aplicação dirigiam-se para as grandes cidades onde havia os cursos colegiais, ou diretamente para a Capital, onde funcionavam, à época, as únicas escolas superiores do Estado.

Já havia, assim, os primeiros estudantes nipo-brasileiros e japoneses nas escolas superiores por ocasião da fundação da Universidade de São Paulo em 1934. No início havia as faculdades de Direito, Engenharia, Medicina e Agronomia, que eram instituições federais, mas foram incorporadas à USP, juntamente com a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Ninguém podia imaginar, à época, que, passados 70 anos, a USP contaria com cerca de 13% do seu corpo discente (de um total de cerca de 80.000 entre cursos de graduação e pós-graduação) e 8% do corpo docente (total de cerca de 5.200) compostos de descendentes de japoneses. Embora não haja estatísticas sobre outras instituições de ensino superior, é de se supor que o mesmo esteja acontecendo nas demais universidades oficiais e particulares dos Estados de São Paulo, Paraná e Mato Grosso do Sul, onde há as maiores concentrações de população nikkei no país.

Na maioria das vezes, eles freqüentaram cursos noturnos, pois tinham que trabalhar durante o dia, concluindo os cursos com muito sacrifício. O que possibilitou a façanha deles foi o próprio sistema escolar brasileiro, que proporcionava àqueles que tinham força de vontade e disposição a freqüência gratuita às escolas, desde o curso primário até o superior.

Muitos recém-formados passaram a trazer os irmãos menores para a Capital para custear seus estudos, ou, então, a própria família vinha do interior para a área suburbana onde, ao invés de trabalharem na lavoura de café ou algodão, passaram a se dedicar às atividades hortifrutigranjeiras, ou ao pequeno comércio, como o de feira, tinturaria, quitanda, mercearia, bar e outros. A educação dos filhos foi um dos motivos principais da transferência dos imigrantes japoneses para a área próxima da Capital.

Ainda que o objetivo fosse o preparo para levá-los de volta para o Japão, a educação dos filhos acabou por trazer frutos positivos, na medida em que os diplomas de cursos superiores que conquistaram, acarretaram a rápida ascensão social de muitos nipo-brasileiros na sociedade brasileira, como podemos verificar na tese da Doutora Ruth Corrêa Leite Cardoso (Cardoso, 1998:171-178).

5. A Segunda Guerra Mundial e os imigrantes japoneses

Quando os primeiros bacharéis começaram a labutar no mercado e um grupo de imigrantes japoneses a constituir o cinturão verde ao redor da Capital paulista, assistimos à eclosão da Segunda Guerra Mundial. O Brasil rompeu relações diplomáticas com os Estados do Eixo com base no artigo 27 da Carta da Organização dos Estados Americanos, que preceitua que toda agressão contra a integridade ou a inviolabilidade do território, ou contra a sua soberania, ou a independência política de um Estado americano, será considerada como um ato de agressão contra todos os demais Estados.

A deliberação foi tomada na Reunião dos Ministros de Relações Exteriores dos Estados Americanos, ocorrida no Rio de Janeiro em janeiro de 1942, convocada por solicitação do governo dos Estados Unidos, após o ataque da força aeronaval japonesa à base

americana de Pearl Harbor no Havaí. Mais tarde, o Brasil declarou guerra aos governos do Reich e da Itália, devido aos atos hostis de afundamento de navios de bandeira brasileira por submarinos alemães no litoral do Nordeste.

Embora estivesse com as relações diplomáticas rompidas, o Brasil só veio a declarar guerra contra o Império do Japão no dia 6 de junho de 1945. Como se vê pela data, a Alemanha e a Itália já haviam capitulado e estava próximo o final dos conflitos bélicos, que ocorreria dali a pouco mais de dois meses. O fato foi de pouquíssima divulgação nos dois países. Isto porque o Japão enfrentava, a esta época, bombardeios diários nas grandes cidades, e havia batalhas sangrentas no arquipélago de Okinawa, que durariam mais duas semanas, terminando com a baixa de 200.000 japoneses, dos quais 96.000 civis. E no Brasil, embora a notícia tivesse sido veiculada na imprensa, a maioria dos imigrantes japoneses a ela não tiveram acesso pela falta de conhecimento da língua, ficando a colônia japonesa à margem deste importante acontecimento.

De acordo com o Direito Internacional em tempo de guerra, rompidas as relações diplomáticas entre dois Estados, os diplomatas e os civis que se encontram acreditados ou residentes no país contraparte recebem os respectivos salvo-condutos e regressam aos respectivos países. Do Brasil, contudo, puderam sair somente cerca de 300 pessoas, encabeçadas pelo Embaixador Itaro Ishii, que conseguiram lugares no vapor sueco Gripsholm, que transportou cerca de 1.600 japoneses que estavam nos diferentes países do continente americano. A viagem teve início em Nova York, passou pelo Rio de Janeiro e foi até Lourenço Marques (hoje Maputo), em Moçambique, então colônia de Portugal, Estado neutro no conflito bélico. Os vapores Asama Maru, de bandeira japonesa, e Conte Verde, de bandeira italiana, devidamente munidos de salvo-conduto, trouxeram os diplomatas de países aliados, inclusive o Embaixador Frederico Castelo Branco Clark, acreditado junto ao governo japonês, e demais diplomatas brasileiros e seus familiares até aquele porto africano, onde ocorreu o traslado.

Cerca de 120.000 súditos japoneses foram deixados no território brasileiro, e ficaram sujeitos a cerceamentos naturais contra estrangeiros em território de Estado com relações rompidas com sua Pátria Mãe. Anos depois, alguns imigrantes que aqui ficaram passaram a acusar seu governo de que foram abandonados no Brasil, enquanto os diplomatas, alguns funcionários de empresas japonesas e seus familiares voltaram para o Japão (Centro de Estudos Nipo-Brasileiros 1996:96-97; Toyama 2006:297). Ainda que se tivesse facultado a saída de todos os imigrantes japoneses que se encontravam no Brasil àquela época, um contingente de cerca de 140.000 pessoas, entre um total de cerca de 190.000 que ingressaram entre 1908 a 1941. Para possibilitar a saída de todos seriam necessários mais de uma centena de navios, e é evidente que isto não teria sido possível.

Não houve, no Brasil, maiores cerceamentos aos súditos do eixo, a exemplo do que ocorrera nos Estados Unidos. Aliás, o que ocorreu no Estado da Califórnia, na costa oeste dos Estados Unidos, foi um lamentável ato de discriminação racial, acima de tudo, pois alemães e italianos não sofreram as medidas de exceção. Fala-se aqui da Ordem Executiva 9066, assinada pelo presidente Franklin D. Roosevelt, pela qual cerca de 120.000 japoneses e nipo-americanos ali nascidos foram, todos sem exceção, enviados a dez campos de relocação, construídos às pressas no meio do deserto daquele Estado ou dos vizinhos Arizona e Nevada, bem como em Estados longínquos, como Arkansas. Tratamentos semelhantes foram dispensados contra cerca de 24.000 japoneses e seus descendentes que residiam no Estado de British Columbia, na costa oeste do Canadá.

No Brasil, com base no Decreto do Presidente da República e Portarias da Delegacia de Ordem Política e Social, houve congelamento de bens de propriedade dos súditos do eixo, proibições de disseminação de escritos naquelas línguas, de cantar ou tocar os respectivos hinos, fazer saudações peculiares àqueles países, falar em público nas suas línguas, exibir

fotografias de membros do governo em lugares públicos. Outrossim, foram obrigados a portar os salvo-condutos ao viajarem para fora dos municípios de respectivos domicílios, de se reunirem, ainda que em casas particulares, a título de comemoração de caráter privado, de discutirem ou trocarem idéias em lugar público sobre a situação internacional, uso de armas, munições ou explosivos, mudança de residência sem comunicação prévia às autoridades, uso de aviões de sua propriedade etc. O porte de rádios receptores em ondas curtas também estava proibido.

Ordens de evacuação foram dadas, por duas vezes, nas imediações da rua Conde de Sarzedas no centro de São Paulo, à época, local de grande concentração de japoneses e seus descendentes, bem como da orla litorânea, num prazo de 24 horas, após embarcações brasileiras terem sofrido ataques de submarinos alemães na costa brasileira. Um caso parecido com o da Califórnia ocorreu no Estado do Pará, onde súditos do eixo foram confinados na colônia Acará (hoje Tomé-Açu), no meio da selva amazônica, distante da capital Belém, “onde seriam mais bem administrados”.

Dentre os cerceamentos sofridos pela colônia japonesa, podemos destacar o ensino da língua. O ensino em línguas estrangeiras já era proibido antes da eclosão de conflitos bélicos, por força do Decreto de 25 de dezembro de 1938. Consta que havia, à época, 294 escolas japonesas, 20 alemãs e 8 italianas no Estado de São Paulo (Centro de Estudos Nipo-Brasileiros 1996:89). Alguns professores teriam dado continuidade ao ensino da língua na clandestinidade, até o término de conflitos. Teria havido casos isolados de colônias de japoneses, como as de Aliança e Yuba, no município de Mirandópolis, no interior do Estado de São Paulo, em que as pessoas continuaram a viver normalmente, falando em japonês durante os anos em que durou a guerra.

Por outro lado, a publicação de periódicos em línguas estrangeiras, leia-se dos países do eixo, foi proibida a partir do final de julho de 1941, o que foi uma das causas de grande confusão surgida no seio da colônia japonesa, onde a maioria não sabia ler em português e, por isso, deixou de ter acesso a notícias importantes, como a do término da guerra. O resultado foi o surgimento de conflitos entre os que acreditavam na vitória do Japão e os que se conformavam com a derrota do seu país, como se verá adiante.

6. O término do conflito bélico e a colônia japonesa no Brasil

A rendição incondicional do Japão, com a aceitação dos termos da Declaração de Potsdam, o ultimato das potências aliadas, ocorreu no dia 15 de agosto de 1945, através de uma transmissão inédita pela rádio oficial NHK, para todo o território japonês e para o mundo, da mensagem gravada pelo próprio Imperador. No dia anterior a esta transmissão, o governo imperial comunicou a rendição aos aliados por intermédio de seus Ministros Plenipotenciários acreditados junto aos governos da Suécia e Suíça, países neutros no conflito.

Os termos oficiais da rendição foram assinados a bordo da belonave americana Missouri, ancorada na baía de Tóquio, no dia 2 de setembro daquele ano. Embora a notícia da derrota japonesa tivesse sido amplamente noticiada pela imprensa internacional e também brasileira, a primeira notícia oficial chegou ao Brasil somente no dia 3 de outubro, pela Cruz Vermelha brasileira sediada no Rio de Janeiro. Tratava-se da cópia do Editó Imperial sobre a Rendição e a mensagem do Ministro de Negócios Estrangeiros destinados aos súditos japoneses residentes no exterior, enviados pela sede daquela instituição em Genebra.

A notícia foi primeiramente transmitida aos principais líderes da colônia japonesa em São Paulo e, mais tarde, cerca de 300 pessoas foram reunidas para a transmissão desta notícia, o que ocorreu somente no dia 10 de outubro. Como veremos adiante, a chegada do comunicado foi por demais tardia, na medida em que a falta de notícia sobre a derrota

japonesa já havia causado um verdadeiro caos no seio da colônia japonesa no Brasil. Os que acreditavam na vitória consideraram como traidores da Pátria os que reconheceram a derrota, organizaram grupos de ataque e passaram a executá-los, tendo sido registradas 53 mortes e mais de uma centena de feridos.

Outrossim, o telegrama oficial do governo japonês, assinado pelo Chanceler Shigeru Yoshida, chegou somente no dia 30 de maio de 1946, por intermédio da Legação da Suécia, que substituiu a Embaixada da Espanha na defesa dos interesses do Japão perante o governo brasileiro, após o rompimento das relações diplomáticas (Centro de Estudos Nipo-Brasileiros 1996:100-102).

O desconhecimento da língua portuguesa, bem como de outras línguas ocidentais, pela maioria dos imigrantes que viviam fechados nas respectivas colônias causou uma grande confusão na comunidade durante o período pós-guerra, que se tornou famoso como o conflito entre os chamados *kachi-gumi*, *make-gumi*, ou *shindo-renmei*, com referência aos que acreditavam na vitória do Japão e aos que reconheciam a realidade dos fatos. Foram necessários anos de conscientização para que houvesse reconhecimento daquela realidade. Mas, mesmo após o reatamento das relações diplomáticas, com a assinatura do Tratado de Paz de São Francisco em 1951 e a sua entrada em vigor em 1952, alguns continuaram a acreditar na vitória da sua Pátria Mãe. Há, inclusive, um registro de manifestação, em 1955, de um grupo denominado *Sakura-gumi Teishintai*, que realizou uma passeata no centro de São Paulo, da Praça da Sé até a Praça Dom José Gaspar, onde funcionava à época o Consulado Geral do Japão. Os manifestantes pediam para que o governo japonês providenciasse o retorno de todos eles para o Japão, onde queriam colaborar na reconstrução do país.

7. O reinício da imigração japonesa no período pós-guerra e a vinda de empresas japonesas para o Brasil

A confusão criada com a falta de informações foi se acalmando aos poucos e, após o reatamento das relações diplomáticas, assistiu-se ao reinício da imigração no período pós-guerra. Verificou-se, simultaneamente, o rápido ressurgimento do Japão das cinzas da guerra, graças a alguns acontecimentos que favoreceram a economia e a conjuntura japonesa, como, por exemplo, a eclosão das guerras na Coreia e Vietnã, respectivamente nas décadas de 50 e 60; realização dos Jogos Olímpicos de Tóquio em 1964; e a Expo 70 de Osaka, com grandes investimentos em obras públicas de infra-estrutura.

O Japão se recuperou rapidamente, de tal forma que o número de emigrantes começou a diminuir já a partir de 1962, até que o último navio de emigração, Nippon Maru, chegou em Santos, em 27 de março de 1973, trazendo a bordo 285 imigrantes (dos quais 135 para o Brasil) e 46 passageiros comuns. A Agência de Cooperação Internacional do Japão – JICA continuou a enviar, via aérea, número cada vez mais reduzido de imigrantes, e esses números caem para um dígito por ano na década de 80. Esta agência teve suas atividades cerceadas pelo governo brasileiro, que decidiu não permitir mais que agências oficiais de governos estrangeiros adquirissem e repassassem propriedades agrícolas no país. O setor de assistência à emigração da JICA sofreu, assim, um golpe, e diversas colônias e instalações existentes foram vendidas para as entidades nipo-brasileiras. Finalmente, em 1993, a instituição anunciou o encerramento das atividades de emigração oficial japonesa, que fez chegar no período de 1952 a 1992, cerca de 60.000 imigrantes japoneses, perfazendo um total de cerca de 250.000 pessoas, ao longo de cerca de 85 anos, de 1908 a 1993.

A partir da segunda metade da década de 1950, assistimos também à vinda de *trading companies* japonesas para o Brasil a fim de se dedicar ao comércio exterior, bem

como as mais variadas indústrias, desde a siderúrgica, representada pela Usiminas – Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais; naval, representada pela Ishibras – Ishikawajima do Brasil Estaleiros; automobilística, representada pela Toyota; têxtil, representadas pela Kanebo, Toyobo e outras; de alimentos, representadas pela Ajinomoto, Yakult e outras, etc. (Koike 1995:165-179). A década de 1970 passou a ser conhecida na história do relacionamento bilateral como os anos dourados da cooperação nipo-brasileira. Na primeira visita do presidente da República ao Japão, em 1976, foram assinados diversos projetos de cooperação bilateral, perfazendo um total de três bilhões de dólares. Projetos de envergadura como o Prodecer – Projeto de Desenvolvimento do Cerrado, Minas de Ferro Carajás, CST – Companhia Siderúrgica de Tubarão, Albras – Alumínio Nipo-brasileiro, Alunorte, Porto de Praia Mole etc., compuseram o pacote (Kosaka 1995:211-229).

No início da década de 1980, porém, o fluxo de investimento estrangeiro foi interrompido com a eclosão da crise das dívidas externas dos países latino-americanos, começada pelo México na reunião do FMI – Fundo Monetário Internacional em setembro de 1982, que se propagou rapidamente para os demais países latino-americanos e resultou, logo em seguida, na decretação de moratória das dívidas externas brasileiras.

As negociações para obter o reescalonamento das dívidas levaram cerca de 10 anos, de 1983 a 1993, e ocorreram em Nova York com os banqueiros internacionais, e em Paris, no chamado Clube de Paris, com os países credores. Os anos 80 são considerados a década perdida para o Brasil, pois neste período sucederam-se diversas outras questões conjunturais que acabaram acarretando uma onda desenfreada de inflação que chegou à cifra de 2.500%, recessão, desemprego, planos de reestruturação com choques heterodoxos que resultaram em toda sorte de infortúnios à população brasileira (Kobayashi 1995:197-209).

Assistiu-se à saída de algumas empresas japonesas, encabeçadas pela Ishikawajima-Harima Heavy Industries, que vendeu as instalações do seu estaleiro; à Ishibras, no Rio de Janeiro, bem como a alienação ou liquidação de empreendimentos da comunidade nipo-brasileira, como o Banco América do Sul, as cooperativas agrícolas de Cotia e Sul Brasil.

A década de 1980 foi provavelmente o período em que os japoneses fizeram os maiores investimentos no exterior, mas, lamentavelmente, o Brasil ficou fora do rol de países que receberam tais investimentos. Tendo concluído o reescalonamento, o Brasil voltou a negociar no mercado financeiro internacional, mas desta vez o Japão estava com sua economia estremeçada, devido à crise que assolava o país. A prosperidade japonesa que parecia infindável estava, na verdade, calcada sobre financiamentos sobre imóveis superavaliados. No momento em que se descobriu que os valores eram fictícios, a economia japonesa sofreu um abalo sem precedentes, resultando na falência ou fusão de centenas de empresas, entre elas instituições financeiras de grande porte.

8. A prosperidade do Japão e a busca de mão-de-obra no exterior

Como se mencionou acima, o Japão experimentava, na década de 1980, uma era de euforia econômica, que mais tarde passou a ser chamada de “bolha econômica”, porque veio a estourar como uma verdadeira bolha de sabão. Contudo, durante o período da *bolha*, a prosperidade parecia não ter fim. As especulações ocorriam em todos os segmentos da economia, cuja origem era o setor imobiliário, no qual os bancos não hesitavam em conceder créditos desde que tivessem imóveis como garantia. Houve uma onda desenfreada de aquisição de obras de arte, de imóveis e de empresas, tanto no Japão como no exterior, que terminou um dia com a constatação de que os imóveis dados em garantia não valiam tanto quanto tinham sido avaliados pelos bancos. Então, o mundo econômico japonês sofreu uma

profunda transformação, a começar pelos próprios bancos, que foram os primeiros responsáveis pela *bolha*. A década de 1990, período da quebra da *bolha*, é considerada a “década perdida” dos japoneses.

Assim, quando os japoneses dispuseram de recursos para investir maciçamente no exterior, na década de 80, o Brasil não figurava entre os países que foram os destinatários de seus capitais. Assistimos, assim, a um grande fluxo de investimento japonês para os Estados Unidos, Europa e Ásia, principalmente na China. E quando o Brasil pôde retornar ao mercado financeiro internacional após renegociar e reescalonar suas dívidas, foi a vez de o Japão entrar em recessão, assistindo à sua recuperação somente nos primeiros anos do século XXI. Podemos dizer que o Brasil e o Japão amargaram, juntos, duas décadas perdidas.

Voltando ao clima de euforia que os japoneses viviam na década de 1980, os jovens, que são os sustentáculos do mercado de trabalho, passaram a preferir ambientes confortáveis de trabalho, evitando os trabalhos pesados, conhecidos como 3 K (letra inicial das palavras em japonês: *kitsui*, *kitanai* e *kiken*). Eram os trabalhos duros, sujos e perigosos, executados nos chãos de fábrica, principalmente das pequenas e médias empresas, fabricantes de peças ou colaboradoras das grandes indústrias japonesas. Estes segmentos das indústrias passaram a se ressentir de carência de mão-de-obra, e diz-se que houve até empresas que chegaram a falir, não pela falta de encomendas, mas pela falta de operários que pudessem trabalhar para entregar os pedidos em carteira.

Na impossibilidade de trazer mão-de-obra estrangeira não qualificada, uma vez que a lei proíbe ainda hoje a entrada desse tipo de trabalhadores, alguém teria lembrado dos emigrantes que outrora haviam deixado o país a caminho do exterior, principalmente em direção aos países sul-americanos, onde a maioria estaria passando por momentos de dificuldades econômicas.

Foi assim que começaram a surgir, em meados da década de 80, anúncios classificados oferecendo empregos no Japão nos três principais periódicos em língua japonesa que circulavam em São Paulo. Esses anúncios tinham inicialmente como alvo os que fossem japoneses ou que tivessem dupla nacionalidade, por terem adquirido a nacionalidade brasileira devido ao nascimento no Brasil ou por outras razões, e também a nacionalidade japonesa pelo registro no Consulado, por serem filhos de japoneses (Ninomiya e Tanaka, 2004:121-143).

Com a demanda de mão-de-obra, o recrutamento logo se estendeu para os filhos e parentes que tivessem somente a nacionalidade brasileira. Eles ingressavam no país com vistos de curta permanência, como turistas ou estudantes, e como a lei não permitia, nem permite, que os portadores destes vistos possam trabalhar, eles eram transformados em vistos especiais, que tinham como objetivo visitas aos parentes, entre outros, com a visível convivência das autoridades encarregadas de imigração, que estavam sendo pressionadas pelas entidades patronais e empresas que careciam de mão-de-obra.

Se observarmos os números de vistos concedidos pelo Consulado-Geral do Japão em São Paulo, responsável pela emissão de mais de 70% dos vistos concedidos em 1990, verificamos que a concessão de vistos até 1987 era da ordem de 5.000 por ano. No ano seguinte, em 1988, este número subiu para a casa dos 8.600; em 1989, para cerca de 18.300; em 1990, quando houve a mudança da lei de imigração que examinaremos a seguir, este número atingiu a casa de 48.100 vistos.

As autoridades responsáveis pela imigração, sempre atentas às estatísticas, não poderiam ficar alheias ao aumento vertiginoso da entrada de nikkeis, principalmente brasileiros, no país. Embora neguem peremptoriamente que a reforma da lei não foi causada pela falta de mão-de-obra, não demorou muito a ocorrer a reforma da lei de imigração japonesa, que se examinará a seguir.

9. Mudança na legislação japonesa sobre imigração

Lei de Controle da Entrada e Saída e Reconhecimento de Refugiados é o nome oficial da lei. A reforma ocorreu em junho de 1990, com a criação de uma categoria especial de visto para os filhos e netos de japoneses, bem como para os respectivos cônjuges não-nikkeis, denominado Residentes por Longo Período, pelo qual se obtinha permanência de um ou três anos, renováveis sem problemas, na maioria dos casos.

Segundo Yasuji Ishigaki, que foi Diretor da Divisão de Assuntos Administrativos do Ministério da Justiça e participante da elaboração do projeto da reforma da lei e do seu encaminhamento à Dieta, no seu discurso de abertura dos trabalhos do Simpósio sobre o Fenômeno Dekassegui de 1991, na qualidade de Cônsul-Geral do Japão em São Paulo, disse haver um grande mal-entendido acerca das intenções que nortearam a reforma da lei, pois ela não fora reformada para atender à escassez de mão-de-obra do Japão (Ishigaki 1992:21-30).

Os dois objetivos fundamentais da reforma foram:

1. Fazer uma revisão geral das categorias e dos âmbitos de qualificação para permanência atribuível a estrangeiros, visando ampliar as possibilidades de ingresso de trabalhadores qualificados, bem como simplificar e tornar mais rápido o processo de admissão desses trabalhadores, tendo em vista que a Lei de Controle da Imigração de 1951, embora alterada em alguns pontos em 1981, tornara-se desatualizada para uma época em que o número de estrangeiros ingressantes e as formas de sua entrada no país eram bastante diferentes daqueles da época do tempo da promulgação da Lei.
2. Aperfeiçoar a lei para enfrentar com mais eficiência o problema dos trabalhadores em situação irregular, cada ano mais numerosos, criando, entre outras, certas disposições para punir empregadores.

Assim, a questão da admissão dos nikkeis não fora objeto de um estudo especial dentro dos trabalhos de revisão da lei, pois o assunto surgira na fase de execução e aplicação da lei revista. Segundo o então Cônsul-Geral, a consideração dos casos de entrada e saída de pessoas de ascendência japonesa, no e do Japão, tem por fundamento a idéia de que seria apropriado conceder a essas pessoas uma qualificação para permanência que não tivesse nenhuma restrição de atividades, levando em consideração a existência de vínculos anteriores com o Japão, através de ligações com alguma localidade, laços de sangue ou outros fatores. A posição do governo japonês é de não promover ou restringir particularmente o ingresso ou a saída dessas pessoas, deixando isso ao alvedrio individual.

Esta explicação foi dada por esta e outras autoridades japonesas ao longo de 15 anos, todas as vezes que alguém mencionava ser a falta de mão-de-obra no Japão a causa da reforma legal. Eis que, em 2006, o Deputado Taro Kono, então Vice-Ministro da Justiça, declarou ter sido um erro do seu ministério e, portanto, do governo japonês, a permissão especial concedida aos descendentes de japoneses por vínculo sanguíneo ou afim, na reforma da lei de imigração de 1990, e que doravante seria estudada uma forma de cerceamento na concessão ou renovação de visto dos nikkeis, impondo-se, por exemplo, a submissão e aprovação do interessado na prova de conhecimento da língua japonesa.

Vozes de protestos se levantaram de todos os lados contra a proposta do Vice-Ministro, que na verdade trazia ao público as conclusões de um grupo de trabalho interministerial com a participação de representantes do mundo acadêmico. O grupo de trabalho sequer ouviu as vozes da comunidade de estrangeiros nikkeis no Japão com vistos de Residentes por Longo Período, que à época chegava a um número acima de 370.000 pessoas, incluindo-se ali cerca de 300.000 brasileiros e 60.000 peruanos.

9.1. Fatos ocorridos com a mudança da lei

Voltando agora a falar dos idos de 1991, registrou-se o ingresso de cerca de 85.000 novos brasileiros no Japão. Somente o Consulado-Geral do Japão em São Paulo emitiu mais de 61.000 vistos, o que causou problemas de toda ordem, desde a formação de filas no quarteirão da repartição desde a madrugada, distribuição de senhas, credenciamento de despachantes e agentes de turismo, culminando com a hospitalização de alguns funcionários do Consulado por excesso de trabalho. Este foi o início de um fluxo migratório que dura até os dias atuais, que, de acordo com as estatísticas do governo japonês datadas de 31 de dezembro de 2006, registrou a presença de cerca de 313.000 brasileiros no país.

Além dos números oficiais, vale a pena lembrar a presença de pessoas com dupla nacionalidade. Como já vimos anteriormente, são pessoas que adquiriram a nacionalidade brasileira *ius soli* por terem nascido no Brasil, mas cujos pais japoneses as registraram no Consulado e, com isso, adquiriram a nacionalidade japonesa *ius sanguinis*. Estima-se que haja cerca de 10 a 15 mil brasileiros residentes no Japão nesta situação, que são portadores de passaportes dos dois países e ingressaram no país como japoneses e, portanto, não constam do registro de estrangeiros.

O aumento brusco do fluxo trouxe uma série de problemas no seio da comunidade nipo-brasileira, principalmente nos Estados de São Paulo, Paraná e Mato Grosso do Sul, que concentram os maiores contingentes de população nikkei no Brasil, embora fenômenos semelhantes tenham ocorrido também nos Estados do Pará e Amazonas. Diversas cidades do interior daqueles Estados, com alta densidade de população nikkei, tiveram suas associações esvaziadas com a ida para o Japão de associados na faixa etária de 18 a 60 anos, não podendo mais realizar atividades comunitárias, como eventos esportivos, musicais, artísticos, etc., atividades, enfim, que demandam a participação de voluntários.

Temia-se, outrossim, um esvaziamento nas atividades econômicas exercidas pelos nikkeis, tanto urbanas quanto rurais, principalmente no segmento de produção de hortifrutigranjeiros no cinturão verde de São Paulo e outras localidades. Parece, contudo, que a ausência de produtores nikkeis causada pelo êxodo em direção ao Japão foi suprida por produtores brasileiros de outras etnias, pois não se tem notícias nos últimos 15 anos da falta daqueles produtos no mercado.

9.2. Como os brasileiros foram recrutados para trabalhar no Japão

A maioria das pessoas era recrutada através das empresas chamadas “empreiteiras”, que eram as agências de emprego, registradas ou não perante autoridades governamentais de ambos os países, e que se dedicavam ao recrutamento e envio de mão-de-obra de nipo-brasileiros para o Japão.

As empreiteiras nem sempre eram empresas idôneas e causaram diversos problemas no início do fenômeno decassêgui. Aproveitavam-se da boa-fé de pessoas desinformadas e faziam-nas assinar contratos em branco ou escritos em japonês, língua que muitas delas não sabiam ler; cobravam taxas exorbitantes na execução de serviços simples; emprestavam recursos para aquisição de bilhetes aéreos baratos, mas que eram posteriormente descontados dos seus salários como se fossem bilhetes normais, chegando a embolsar a restituição dos trechos não utilizados de bilhetes de ida e volta, já que muitos não retornavam em um ano, período de validade dos mesmos.

Hoje, passados 15 anos desde a mudança da lei, constata-se a existência de muitas empreiteiras e agências administradas por nikkeis que oferecem empregos e dão assistência na comunicação através de intérpretes. Muitas empresas japonesas do ramo também dispõem de funcionários brasileiros para atender os candidatos na sua própria língua, e, com isso,

diminuíram as reclamações e queixas de mal-entendidos por causa de problemas de comunicação. Fala-se até de escolas brasileiras ou creches administradas por essas empresas no intuito de facilitar a vida dos brasileiros.

Não é de se admirar, pois o segmento em questão movimenta recursos cujos montantes são de proporções assustadoras. Não se sabe ao certo o volume movimentado por elas, mas não é difícil encontrar empreiteiras que administram uma carteira com 1.000 a 2.500 trabalhadores nikkeis, brasileiros ou de outras nacionalidades. Nos tempos áureos do início da década de 1990, ouvimos falar de uma certa agência em São Paulo que teria enviado cerca de 10.000 brasileiros para o Japão. Se as empresas pagavam cerca de 1.000 dólares por cabeça de trabalhador intermediado, podemos facilmente ter idéia do montante em movimentação.

Soube-se, recentemente, de uma certa empresa administrada por brasileiros que já não lida somente com trabalhadores nikkeis brasileiros e latino-americanos, mas resolveu montar filiais na China e nos demais países asiáticos, não para trazer mão-de-obra não-qualificada que a lei de imigração não permite, mas sim os recém-egressos de cursos superiores que podem obter o visto para trabalhar no Japão como profissionais qualificados, embora, na verdade acabem nos chãos de fábrica.

9.3. Simpósio do Fenômeno Chamado Dekassegui

Diante da situação difícil em torno da movimentação dos decasségui, que considero ser um dos acontecimentos mais importantes da história da imigração, a Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa (doravante denominada simplesmente Bunkyo) resolveu promover o Simpósio do Fenômeno Chamado Dekassegui (Palestras e Exposições, 1992), que ocorreu nos dias 9, 10 e 11 de novembro de 1991, reunindo especialistas de diversas áreas, desde OIT – Organização Internacional do Trabalho, representantes dos governos do Brasil e do Japão, da municipalidade japonesa com grande concentração de brasileiros, professores universitários e advogados de ambos os países, membros do Ministério Público e também magistrados, sem excluir os representantes de ONGs que se dedicam a prestar serviços em prol dos brasileiros no Japão, bem como das principais entidades da comunidade nipo-brasileira, como a Beneficência Nipo-brasileira de São Paulo, Federação das Associações das Províncias, etc.

Uma outra razão para a realização deste Simpósio foram as visitas que a Bunkyo havia recebido de autoridades japonesas de diversos ministérios interessados, como o de Trabalho, de Negócios Estrangeiros, e outros, bem como das municipalidades japonesas, solicitando a colaboração das entidades nikkeis no Brasil, na tentativa de encontrar soluções para a questão dos trabalhadores brasileiros no Japão. O Simpósio abordou os aspectos políticos, jurídicos, sociológicos, psicológicos, culturais e econômicos do fenômeno decasségui. Realizaram-se, ainda, dois submódulos, nos quais foram abordados questões de Direito Penal, especialmente o artigo 206 do Código Penal, e de Direito do Trabalho.

Após as apresentações dos palestrantes e dos debates havidos, o Simpósio aprovou as conclusões, cuja síntese se transcreve a seguir, pois trata-se de marco inicial da conscientização deste fenômeno, cujas proporções, depois de 15 anos, ultrapassaram quaisquer tipos de expectativas.

1. Seria desejável que o fenômeno decasségui, que diz respeito à sociedade brasileira como um todo, não ocorresse. Trata-se, porém, de movimento incontrolável de compatriotas no legítimo exercício de seu direito de locomoção em busca de felicidade pessoal e familiar, busca esta gerada pelas conjunturas socioeconômicas que o País está atravessando (art. 5º, inciso XV, Constituição Federal).

2. Recomenda-se a criação no Brasil de centro de informação e orientação, sob os auspícios de pessoas e entidades representativas do segmento da sociedade brasileira, conhecido por Comunidade nipo-brasileira, para evitar que compatriotas sejam vítimas de aliciamentos fraudulentos e de promessas falaciosas, e para possibilitar o prévio conhecimento, por parte destes, dos direitos assegurados pela legislação japonesa, das dificuldades decorrentes de diferenças culturais, sociais, de clima, de modo de viver e de pensar, e outras mais.
3. Merece ser ampliado pelo governo brasileiro o serviço consular no Japão de modo a propiciar aos decasségus todo o apoio e orientação de que são eles carecedores, e para desenvolver todo o esforço possível no sentido de tornar a presença dos decasségus em fator cada vez mais positivo no estreitamento dos vínculos culturais, de amizade e cooperação econômica e tecnológica entre Brasil e Japão.
4. É desejável, por outro lado, que se multipliquem em todo o Japão os centros de informação, orientação e assistência iguais aos já existentes, e que se ampliem os serviços oficiais e comunitários que permitam maior facilidade de integração dos decasségus à sociedade japonesa, que minorem suas dificuldades e possibilitem efetivo e intenso intercâmbio cultural entre brasileiros e japoneses.

9.4. A constituição do Centro de Informação e Apoio ao Trabalhador no Exterior – CIATE

A Bunkyo buscou ouvir, neste Simpósio, vozes, opiniões e pareceres, não só da comunidade nipo-brasileira, mas de todos os segmentos das sociedades brasileira e japonesa. O evento contou com a exposição de opiniões, debates e considerações dos mais diversos segmentos, e foi, inquestionavelmente, um marco na questão decasségui, que norteou todas as diretrizes que vieram a ser tomadas a partir de então.

Para dar forma a uma das sugestões, a Bunkyo resolveu criar um Centro de Informação, Orientação e Assistência aos Dekassegui, a fim de fornecer aos brasileiros interessados em trabalhar no Japão o mínimo de conhecimentos sobre a vida e o trabalho naquele país. Com o apoio de algumas empresas, encabeçadas pelo Banco América do Sul S.A., o Centro funcionou por seis meses, de abril a setembro de 1992, contando com a colaboração de três funcionários, e atendeu durante este período 631 casos de consultas pessoais e 140 casos de consultas por telefone.

Tendo em vista o sucesso da experiência e a necessidade de dar continuidade aos trabalhos iniciados, as três entidades representativas da colônia japonesa em São Paulo, a Bunkyo, a Beneficência Nipo-brasileira (Enkyo) e a Federação das Associações de Províncias Japonesas no Brasil (Kenren), resolveram criar uma nova entidade a partir de outubro de 1992, a fim de substituir o Centro acima citado, com a denominação de Centro de Informação e Apoio ao Trabalhador no Exterior – CIATE.

O CIATE passou a ter apoio da Fundação Centro de Estabilização de Emprego nas Indústrias (doravante denominado CEEI), mantido pelo então Ministério de Trabalho do Japão. Após 11 anos de profícua colaboração, o apoio passou a ser dado, a partir de 2004, através da Associação de Japoneses e Nikkeis Residentes no Exterior (*Kaigai Nikkeijin Kyokai*), continuando a contar com os recursos do Ministério da Saúde, Trabalho e Bem-Estar Social do Japão.

Como foi mencionado, desde o início de suas atividades o CIATE recebeu o apoio material e técnico do CEEI, tanto em termos de recursos financeiros quanto apoio logístico, treinamento e estágio de seus funcionários. Não pôde, contudo, exercer as funções de agência

de emprego, em virtude do artigo 206 do Código Penal brasileiro de 1940, que examinaremos a seguir.

Mesmo após a mudança da lei, ocorrida em 1993, a contribuição do CIATE neste segmento tem sido muito modesta, quer por recessão econômica do Japão àquela época, quer pelo número muito restrito de empregos colocados à disposição dos interessados, fornecidos pelas agências oficiais de empregos do Japão. Podemos dizer, então, que a função desempenhada pelo CIATE tem sido sempre de fornecimento de informação e apoio aos brasileiros antes do seu embarque para o Japão, a fim de não serem lesados pelas falácias ou propostas enganosas de empresas ou pessoas de má-fé.

O CIATE recebeu anualmente a visita de diretores e funcionários do CEEI, que vinham para conhecer de perto a realidade brasileira, bem como o fenômeno decasségui, participando de seminários de estudo, simpósios, entrevistas com os interessados em trabalhar no Japão, tanto em São Paulo como em outras cidades do Estado, e também de outros Estados, como Paraná, Mato Grosso do Sul, Amazonas, Pará e Pernambuco.

No período de maior movimentação, o CEEI mantinha em sua sede, no bairro de Ueno, em Tóquio, o Departamento Internacional e a Divisão de Apoio aos Nikkeis, que chegaram a ter sete funcionários, a fim de executar o empreendimento de apoio aos nikkeis latino-americanos. Havia, em Tóquio, Nagóia e Osaka, Centros de Assistência de Emprego para Nikkeis, além de dez escritórios do CEEI que prestavam serviços aos trabalhadores nikkeis provenientes da América Latina, tendo à disposição intérpretes de línguas portuguesa e espanhola.

Estava montado, assim, o esquema de apoio a esses trabalhadores, e os Centros de Tóquio, Nagóia e Osaka mantinham contatos permanentes com o CIATE por meio de telefonemas, fax e e-mails. Havia contatos permanentes com a Embaixada do Brasil em Tóquio, Consulados-Gerais em Tóquio e Nagóia, participando, inclusive, de Consulados Itinerantes, nos quais o CEEI instalava seu balcão de atendimento a fim de responder a diversos tipos de consultas, como questões trabalhistas, previdenciárias e demais assuntos de interesse. O CIATE também esteve presente, por diversas vezes, nessas atividades, na pessoa do seu presidente, atendendo a consultas de natureza jurídica dos brasileiros que ali compareciam.

Instalado numa das salas da Bunkyo, o CIATE iniciou suas atividades com móveis, equipamentos e materiais de escritório doados por empresas e pessoas de boa vontade. Posteriormente, com a ampliação de suas atividades, passou a alugar uma sala contígua para realizar reuniões de diretoria, seminários e aulas para orientação de candidatos a empregos no Japão. Ultimamente, vem ministrando também aulas de japonês para principiantes, a fim de fazer face às primeiras necessidades dos trabalhadores brasileiros nas fábricas quando chegarem ao país. Passou a realizar, outrossim, o chamado CIATE Itinerante, a fim de atender, principalmente nas cidades do interior dos Estados de São Paulo e Paraná, aos interessados que desejam receber as mesmas orientações dadas na sede do CIATE.

Houve outras entidades da comunidade, como a Associação de Ex-bolsistas “Gaimusho Kenshusei”, com a qual foi celebrado convênio de cooperação que durou entre 1998 e 2002, que contribuíram com ajuda de custo para manter uma consultora jurídica, que mais tarde foi efetivada no quadro de funcionários do CIATE. Alguns membros da Associação continuam colaborando como conselheiros ou diretores do CIATE, representando as suas entidades de origem, ou na qualidade de conselheiros acadêmicos.

O CIATE recebeu o reconhecimento do governo japonês por meio de uma nota verbal da Embaixada do Japão em Brasília, datada de 8 de março de 1994, encaminhada ao Ministério das Relações Exteriores e, pela resposta desta, enviada à representação diplomática japonesa em 15 de dezembro do mesmo ano, o governo brasileiro também reconheceu as atividades do CIATE como sendo de interesse das relações bilaterais.

Ocorreram, em outubro de 2007, as comemorações do 15º aniversário da constituição do CIATE. Com a realização de um simpósio no qual se buscou discutir as questões atuais que afligem os brasileiros residentes no Japão, como as trabalhistas, previdenciárias, educação das crianças, casos de crimes em que brasileiros são vítimas ou autores, cooperação judiciária em matéria civil e penal, entre outras.

9.5. A reforma do artigo 206 do Código Penal brasileiro de 1940

O artigo 206 do citado diploma legal definia como crime “*Aliciar trabalhadores para o fim de emigração*”, prevendo-se a punição mediante detenção de um a três anos, e pagamento de multa.

Como já se viu anteriormente, o preceito legal em questão impedia o exercício legal das atividades de intermediação de mão-de-obra para trabalho no exterior e servia como base legal para a ação da Polícia Federal.

No Simpósio sobre o Fenômeno chamado Dekassegui de 1991, já referido, a questão motivou a criação de um submódulo especializado para discussão da matéria.

O Professor Miguel Reale Júnior, na qualidade de expositor deste submódulo, disse que a realidade social de hoje diferia substancialmente da dos idos da década de 40, e que o tipo penal previsto deveria ser analisado em face das mudanças políticas e sociais ocorridas ao longo do tempo no Brasil.

Nesse contexto político e social, e considerada a fase de grave crise econômica por que passou o país, com um grande contingente de desempregados, aquele jurista observou que sobre a espécie penal questionada incidia o fenômeno da descriminalização. Isto é, o fato, ainda que ocorrente na prática, não podia mais ser considerado crime, por ausência do requisito de antijuridicidade.

Disse ainda o Professor Reale Júnior, que a emigração exigiria, ainda, a saída do país com ânimo definitivo, opinião esta que recebeu adesões de debatedores, como do Professor Sérgio Pitombo, Juiz Jô Tatsumi e Desembargador Nelson Hanada. Ressaltou, ainda, que elemento importante para a configuração desse delito, ainda que não expressa ou literalmente referido no tipo penal, era a fraude. E que a colocação desse crime no Código Penal deveria, por isso, estar junto com o crime de estelionato.

No submódulo houve também referência acerca do artigo 20 da Lei nº 7.064, de 6 de dezembro de 1982, que dispõe sobre a situação de trabalhadores contratados ou transferidos para prestar serviços no exterior, e que diz: “*O aliciamento de trabalhador domiciliado no Brasil, para trabalhar no exterior, fora do regime desta Lei, configurará o crime previsto no artigo 206 do Código Penal Brasileiro*”.

Segundo o Professor Reale Júnior, essa lei trazia exigências burocráticas e trabalhistas e uma série de incongruências, como a exigência da autorização para a contratação às empresas “*de cujo capital participe, em pelo menos 5% (cinco por cento), pessoa jurídica domiciliada no Brasil*” (artigo 13).

O Desembargador Nelson Hanada entendeu que a aplicação desta lei é de âmbito limitado, uma vez que “*Dispõe sobre a situação de trabalhadores contratados ou transferidos para prestar serviços no exterior*”, o que exigia a intervenção de uma empresa que contratasse ou transferisse o trabalhador para o exterior. Disse ainda que essa lei, além de ser de âmbito limitado, pode ser caracterizada como temporária, já que se destinou a disciplinar a contratação e transferência de algumas empresas, não desconhecidas do grande público, que prestavam serviços no exterior.

No que concerne ao artigo 206 do Código Penal em questão, constatamos não haver até então qualquer jurisprudência a respeito, o que comprovava as duntas opiniões do expositor e dos debatedores (Palestras e Exposições 1992:235-247).

9.6. Esforços para a reforma do artigo 206 do Código Penal

O Deputado Diogo Nomura, que participou das discussões do Simpósio de 1991, resolveu assumir a iniciativa para a reforma da lei. O mesmo, juntamente com os colegas Luiz Gushiken e Antonio Ueno, com a adesão posterior de outros membros do Legislativo, nikkeis ou não, procurou convencer seus pares a votar a favor do seu Projeto de Lei nº 2.460/91, chamando a atenção de todos para a importância do tema. Vale a pena lembrar aqui que, a pedido do Deputado Nomura, tivemos o privilégio de assessorá-lo, juntamente com os outros juristas que participaram do Simpósio, na elaboração deste Projeto.

De acordo com a justificativa do projeto acima, relata o Deputado Nomura que

“certa noite, já há alguns anos, creio que foi no programa da Globo, *Fantástico*, assisti a uma cena que parecia dos filmes sobre gângsteres americanos. No bairro da Liberdade, carros da Polícia Federal com as sirenes ligadas, policiais com metralhadoras na mão, alguns com meio corpo para fora, cercando agências de turismo, isolando a área, e o locutor informando que estava sendo feita uma batida para prender agentes aliciadores de trabalhadores brasileiros para o Japão. No dia seguinte, todos os jornais davam conta do acontecido, da atuação enérgica da Polícia Federal que havia recolhido nas agências de viagem passaportes e outros documentos comprobatórios da atuação das mesmas, de estarem de maneira ilegal procurando enviar trabalhadores do Brasil para o Japão. Esse clima persistiu por algum tempo, trazendo intranquilidade na fase em que era intensa a procura de trabalho no exterior, agravada pela então situação instável da economia brasileira, surgindo a figura do chamado ‘dekassegui’, os brasileiros de origem da imigração japonesa, que animados pelas perspectivas de melhoria de ganhos procuraram na terra de seus ancestrais novos horizontes.”

As cenas descritas pelo Deputado eram muito familiares, na medida em que os jornais da comunidade nipo-brasileira também noticiavam os acontecimentos quase que diariamente. Como se não tivessem infratores de outros artigos mais graves do Código Penal a serem presos, a Polícia Federal fazia batidas nas agências de turismo ou nos escritórios de aliciadores, que muitas vezes não passavam de saletas com algumas mesas, cadeiras e telefones, e prendiam todos que ali se encontravam para averiguações. Os candidatos ao trabalho também eram conduzidos às delegacias para depoimentos e muitos acabavam perdendo os vôos previstos para aquela noite ou para as noites seguintes.

Falava-se, à época, de um eventual enquadramento ao porte ilegal de divisas, já que encontravam sempre moedas estrangeiras, como dólares ou ienes, que se destinavam às primeiras despesas dos trabalhadores quando chegassem ao Japão.

O Deputado Nomura, na sua cruzada em prol do seu Projeto, recebeu o apoio do então embaixador japonês no Brasil, Yasushi Murazumi, e juntos percorreram os mais altos gabinetes de Brasília a fim de apoiá-lo, o que culminou com a reforma da lei, ocorrida na sessão plenária da Câmara dos Deputados no dia 30 de junho de 1993. Aprovado o Projeto de Lei nº 2.460/91, o Congresso Nacional decretou: “*O art. 206 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal –, passa a vigorar com a seguinte redação: ‘Art. 206 – Recrutar trabalhadores, mediante fraude, com fim de levá-los para território estrangeiro. Pena: detenção, de um a três anos e multa’*”.

O último parágrafo da justificação do Projeto de Lei afirmava:

“Assim, não ficam as pessoas impedidas de uma atividade em princípio lícita de recrutamento de trabalhadores, não se tira de brasileiros a oportunidade de buscar dias melhores para si e para suas famílias, nem fica a sociedade desprotegida contra a ação de inescrupulosos que pretendem se aproveitar, exatamente, da peculiaridade de nossa presente conjuntura no que respeita à escassez do mercado de trabalho interno.”

O artigo 206 não foi suprimido, mas modificado para introduzir o fator fraude no

aliciamento de trabalhadores, o que já atenuava a situação em comparação à época em que se buscava punir o aliciamento puro e simples de brasileiros que quisessem trabalhar no exterior. O Deputado Nomura, na justificação do Projeto de Lei, dizia:

“Fui procurado por agentes de turismo preocupados com o meu projeto, e a eles expliquei que a propositura, embora não tivesse precisamente o objetivo de beneficiá-los, indiretamente iria colocar as organizações idôneas sob a proteção legal, longe do eventual arbítrio de uma ação policial mal orientada, com a ressalva de que as agências que se portassem desonestamente seriam passíveis de penalidades.”

Nunca mais se falou, desde então, na aplicação do artigo 206, embora continuassem, por algum tempo, a ocorrer aliciamentos fraudulentos, que poderiam ser objeto de processos com base neste dispositivo legal.

Conclusão

Como já se mencionou acima, segundo as estatísticas oficiais do Ministério de Justiça do Japão, datadas de 31 de dezembro de 2006, o número total de brasileiros residentes naquele país chegou a cerca de 313.000 pessoas; ou 330.000, se acrescentados os que possuem dupla nacionalidade.

Tem sido digna de nota a recuperação da economia japonesa nos últimos anos. O índice de desemprego baixou para 4%, segundo as últimas informações, e o índice de oferta de empregos também voltou a ser de mais de 1 para 1, ou seja, há pouco mais de um emprego para cada pessoa que o procura. Em outras palavras, só estão desempregados aqueles que, por uma razão ou outra, não desejam trabalhar, o que, aliás, tem sido um fenômeno que vem afligindo não só as autoridades como a sociedade japonesa como um todo. Fala-se também que se registra falta de mão-de-obra nos chãos de fábrica, nos segmentos assim denominados 3 K. Ouve-se dizer no Brasil que, a pedido das agências de intermediação de empregos do Japão, os recrutadores têm percorrido as cidades com maior concentração de população nikkei e que, pela dificuldade de encontrar pessoas interessadas, até mesmo as comissões que recebem a título de honorários de sucesso vêm aumentando gradativamente.

Por outro lado, maior concentração de brasileiros vem sendo registrada nas províncias e cidades que tradicionalmente vinham abrigando um grande contingente de estrangeiros. Dez províncias japonesas abrigam mais de 10.000 brasileiros, a começar pela província de Aichi, com mais de 60.000 pessoas, e outrossim, o número das cidades com maior número de estrangeiros aumentou para 18. Assim sendo, não significa que 330.000 brasileiros estejam concentrados sob o céu de uma mesma cidade ou província, mas sim estão presentes em todas as 47 províncias do Japão.

Estamos convencidos de que a maioria dos brasileiros está bem, vivendo e trabalhando honestamente em cada uma das cidades, educando seus filhos e procurando satisfazer os sonhos de um dia poder regressar para o Brasil trazendo o fruto de seus árduos trabalhos. Sabemos que muitos enfrentam problemas com os seus empregadores ou as empreiteiras, e dificuldades com o seguro social ou questões de evasão escolar das crianças e jovens brasileiros, que não se adaptam às escolas japonesas nem às brasileiras. Embora em números menores, em relação a anos anteriores, verificamos ainda a existência de delinquentes juvenis ou de casos de crimes em que os brasileiros podem vir a ser vítimas ou autores.

Estamos às vésperas de comemorar o centenário da imigração japonesa para o Brasil, que ocorrerá em 2008. Falava-se, até uma certa época, que os japoneses e seus descendentes tinham dificuldades em integrar-se à sociedade brasileira. Passou-se a verificar, a partir da década de 60, a presença de nikkeis em todos os segmentos de atuação da sociedade brasileira,

e hoje em dia ninguém mais acusa os nikkeis de falta de integração, incluída aí a questão do matrimônio interétnico que tantos problemas causou no passado, mas que hoje se tornou uma prática absolutamente corriqueira na sociedade brasileira.

Qual é a imagem média dos nikkeis na sociedade brasileira? Certamente os nikkeis não transmitem a imagem de riqueza ou fortunas acumuladas, nem de sucesso no campo político, ressalvadas honrosas exceções. A imagem que os demais brasileiros cultivam dos nikkeis é a de diligência, honestidade e trabalho. Acrescente-se aí o interesse na educação dos filhos, o que fez com que muitos deles tenham alta escolaridade, e que muitos tenham deixado pegadas importantes na área acadêmica. É verdade que com o aumento no índice de integração, percebe-se também um certo aumento no índice de criminalidade dos nikkeis, mas a comunidade se orgulha de que o número dos que são presos ou que cumprem penas como autores de crimes ainda é menor em relação a outras etnias que compõem a sociedade brasileira.

Ao voltarmos os olhos, contudo, para a comunidade brasileira no Japão, é de lamentar que esta imagem não seja necessariamente a mesma. Fala-se que mais de 500 brasileiros estão cumprindo penas nas diversas penitenciárias, e que no Reformatório de Kurihama, instituição de reeducação juvenil localizada a duas horas de Tóquio, 18 entre 20 menores estrangeiros ali recolhidos são de nacionalidade brasileira. O programa *Fantástico*, com cerca de 50% de audiência em todo o território nacional, transmitiu recentemente uma reportagem sobre o reformatório acima, comparando-o com a FEBEM, trazendo uma grande repercussão na sociedade brasileira.

Do mesmo modo, casos preocupantes vêm sendo noticiados no Japão. Trata-se de casos de crimes dolosos ou culposos cujas autorias são atribuídas a brasileiros. Fala-se em centenas de casos em que os autores estrangeiros acabam escapando para os respectivos países, entre os quais, 92 são de suspeitos brasileiros que voltaram para o Brasil antes que a polícia japonesa executasse os respectivos mandados de prisão. Conseguindo regressar ao território brasileiro, eles estão “salvos”, uma vez que não existe tratado nem acordo de extradição entre os dois países. Aliás, ainda que existisse, a Constituição Federal de 1988, no seu art. 5º, inciso LI, proíbe a extradição de brasileiros, a não ser nos casos que envolvam o tráfico de drogas. Neste momento, diversos são os casos de brasileiros que estão sendo procurados pela INTERPOL a pedido da polícia japonesa, mas, enquanto eles estiverem no território nacional, nenhuma autoridade policial, promotoria ou justiça estrangeira poderá prendê-los ao arrepio da nossa soberania. Assim, enquanto os suspeitos vivem um clima de impunidade no país, assistimos a uma deterioração do ambiente que cerca os brasileiros nas cidades japonesas onde vivem, devido à frustração das famílias de vítimas que nada conseguem fazer para punir os eventuais culpados.

Quaisquer crimes, dolosos ou culposos, acabam prejudicando interesses sociais, principalmente se os suspeitos fogem para o Brasil e não são julgados. A fim de buscar uma solução para o caso, o prefeito de Hamamatsu, cidade que abriga o maior contingente de brasileiros no Japão, solicitou ao Instituto de Direito Comparado Brasil-Japão para estudar uma solução para o caso. O grupo de trabalho nomeado pelo presidente do Instituto, Desembargador Kazuo Watanabe, concluiu acerca da possibilidade de submeter os suspeitos a investigação e a julgamento no Brasil, através da aplicação extraterritorial da lei penal, prevista no Código Penal brasileiro de 1940. Se os brasileiros cometerem no exterior crimes previstos pela lei brasileira, poderão ser processados e punidos pelas autoridades brasileiras no território nacional. Para isso, será necessário haver investigação no Brasil, exame de provas produzidas no Japão, denúncia pelo Ministério Público e o posterior julgamento pela Justiça brasileira. Torna-se indispensável, então, o fornecimento de provas e documentos produzidos no Japão em posse das autoridades japonesas.

Sabe-se, igualmente, que esses documentos produzidos no exterior só terão validade

no Brasil se a tradução estiver atestada pelas autoridades japonesas. A minuta do acordo prevê a isenção do pagamento de emolumentos consulares na base de reciprocidade, pois a parte interessada teria de arcar com uma soma vultosa, na medida em que muitos serão as provas produzidas no Japão. O custo da tradução juramentada será arcada pela parte interessada no processamento dos suspeitos, que no caso será a polícia japonesa. Há, ainda, a questão da oitiva de testemunhas, que será feita através de cartas rogatórias. Sabe-se, contudo, que se enfrenta hoje a questão da demora na execução destas cartas, que chegam a levar meses para cumprir o roteiro, que consiste na solicitação do juiz brasileiro, seu processamento nos Ministérios da Justiça e das Relações Exteriores, o envio por malas diplomáticas à nossa embaixada em Tóquio, o protocolo e envio à Suprema Corte do Japão, que, por sua vez, enviará posteriormente às instâncias de primeiro grau para os respectivos cumprimentos.

É claro que estamos convencidos de que a esmagadora maioria da nossa comunidade brasileira no Japão vive à margem desses problemas, trabalhando assiduamente. Lamenta-se que, devido ao mau comportamento de um pequeno grupo entre 330.000 pessoas, toda a comunidade tenha de pagar por isso. Esperamos que os esforços de juristas que estão empenhados na solução destas questões venham a se frutificar e que o Acordo de Cooperação Judicial em Matéria Penal seja celebrado o mais rápido possível, a fim de resolver de vez as questões que tanto afligem a comunidade brasileira no Japão e a sociedade brasileira.

Há outras pendências, como a questão da cooperação judicial em matéria cível (Ninomiya e Tanaka, 2006:73-82) para acelerar o cumprimento das cartas rogatórias acima descritas, bem como questões referentes à previdência social, que afligem muitos brasileiros que labutam no Japão porque, por uma razão ou outra, deixaram de fazer parte do chamado Seguro Social. Espera-se que as autoridades de ambos os países tomem consciência da gravidade desses assuntos, e que acelerem as conversações para a tomada de medidas que possam servir na solução destas questões.

Bibliografia

Cardoso, Ruth Corrêa Leite

- 1998 *Estrutura Familiar e Mobilidade Social*. Tese de Doutorado apresentada à USP em 1972. Edição trilingüe – português, japonês e inglês, São Paulo, Kaleidos-Primus, 1998.

Carneiro Leão, Valdemar

- 1990 *A Crise da Imigração Japonesa no Brasil (1930-1934) Contornos Diplomáticos*, Fundação Alexandre Gusmão/Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, Brasília, 1990.

Centro de Estudos Nipo-Brasileiros

- 1996 *Anuário da Imigração Japonesa e da Comunidade Nikkei no Brasil*. Editado originalmente por Tomoo Handa, ed. rev. e atual. em língua japonesa, São Paulo, Toppan Press.

Ishigaki, Yasuji

- 1992 “Discurso de Abertura dos Trabalhos do Simpósio sobre o Fenômeno Chamado Dekassegui”. In Masato Ninomiya org., *Palestras e Exposições do Simpósio sobre o Fenômeno Chamado Dekassegui*, São Paulo: Editora Estação Liberdade / Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa.

Kobayashi, Toshiro

- 1995 “Burajiru no Keizai Kiki to Nippaku Kankei” (A Crise da Economia Brasileira e as Relações Nipo-Brasileiras). In *Nihon Burajiru Kôryûshi (História das Relações Nipo-Brasileiras)*, em japonês, Hajime Mizuno, ed., Tokyo, Comissão de Organização das Atividades de Centenário das Relações de Amizade Japão-Brasil e Associação Central Brasil-Japão.

Koike, Yoichi

- 1995 “Sengo no Burajiru Keizai Hatten to Nihon Kigyô no Shinshutsu” (O Progresso da Economia Brasileira no Pós-Guerra e a Vinda de Empresas Japonesas). In *Nihon Burajiru Kôryûshi (História das Relações Nipo-Brasileiras)*, em japonês, Hajime Mizuno ed., Tokyo, Comissão de Organização das Atividades de Centenário das Relações de Amizade Japão – Brasil e Associação Central Brasil-Japão.

Kosaka, Masao

- 1995 “Nashonaru Purojecuto no Yakuwari to Hyôka” (O Papel dos Projetos Nacionais e Sua Avaliação). In *Nihon Burajiru Kôryûshi (História das Relações Nipo-Brasileiras)*, em japonês, Mizuno, Hajime ed., Tokyo, Comissão de Organização das Atividades de Centenário das Relações de Amizade Japão-Brasil e Associação Central Brasil-Japão.

Lindenberg Sette, Luiz Paulo

- 1991 *A Revolução Samurai*. São Paulo: Masao Ohno Editor / Aliança Cultural Brasil-Japão.

Ninomiya, Masato

- 1996 “O Centenário do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre Brasil e Japão”, *Revista USP* nº 28, dez./jan.fev./1995-1996, p. 245-250.
2005 “Remittances of Brazilian workers in Japan”. In *University of Tokyo Journal of Law and Politics*, Vol. 2, p. 103-110.

Ninomiya, Masato e Tanaka, Aurea Christine

- 2004 “Brazilian workers in Japan”. In *University of Tokyo Journal of Law and Politics*, Vol. 1, p. 121-143.
2006 “Letters rogatory in civil matters between Brazil and Japan: a Brazilian perspective”. In *University of Tokyo Journal of Law and Politics*, Vol. 3, p. 73-82.

Schurig Vieira, Francisca Isabel

- 1973 *O Japonês na Frente de Expansão Paulista*, São Paulo, Livraria Pioneira Editora/EDUSP.

Staniford, Philip

- 1970 “Nihon ni itemo shôganai” (Não adianta ficar no Japão). In Saito, Hiroshi e Maeyama Takashi. *Assimilação e Integração dos Japoneses no Brasil*. São Paulo, Editora Vozes/EDUSP.

Toyama, Osamu

- 2006 *Hyakumen no suiryû (A correnteza de 100 anos)*, São Paulo, Toppan Press.